



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ELY TERUEL

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 16 de Dezembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Muito boa tarde a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção, Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 14ª audiência pública semipresencial desta Comissão do ano de 2025, com a presença dos Vereadores Hélio Rodrigues, Simone Ganem e Rute Costa, *ambas on-line*, e esta Vereadora.

A presente audiência pública tem o objetivo de discutir o PL 1461/2025, que altera a Lei 13.545, de 31 de março de 2003, para estabelecer novos critérios para o cálculo dos valores do auxílio pecuniário concedido ao Serviço Família Acolhedora – SFA.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Informo ainda que a realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 12 de dezembro e também divulgada nos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo.

As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 11 de dezembro, devendo os inscritos pelo *site* participarem pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*.

As inscrições feitas *on-line* já foram encerradas hoje e agora vamos abrir as inscrições ao público presente que desejar se manifestar, que deve se inscrever com a secretaria da Comissão, na mesa ao lado. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para participar desta audiência o Sr. Esequias Marcelino da Silva Filho, Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a quem peço tome assento à mesa; e a Sra. Eliana Gomes, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que está a caminho, mas cuja equipe está presente, equipe poderosa, forte, que vem realmente trabalhando muito na Secretaria.

Quero agradecer a todos vocês, ao público em geral e às assessorias que estão

presentes.

Antes, eu e o Vereador Hélio Rodrigues estávamos nos trabalhos da CPI do Metanol, da qual sou Vice-Presidente. Nós estávamos ouvindo as vítimas, e é de cortar o nosso coração. Então, fica não só o nosso comprometimento nesta audiência pública que discutirá o tema das famílias acolhedoras como também nossa solidariedade com a todas as pessoas que estão enfrentando essa tragédia do metanol.

Essa CPI foi instalada na Casa com a finalidade de buscarmos realmente – a partir de um trabalho árduo - fazer com que os órgãos públicos identifiquem os culpados, são os culpados, porque houve vítimas que estão cegas, vítimas que estão realmente em processo de uma nova vida. Claro, com o pesar do Rafael, que não está entre nós porque veio a óbito, e sua mãe chora pela perda. Então, fica o registro do nosso sentimento.

Esse assunto tem muito a ver com a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Vemos a necessidade, sim, de buscar os criminosos que envenenaram as pessoas. Acabei de ouvir o depoimento de uma delas, e ela só tomou uma caipirinha, foi apenas festejar o aniversário de uma amiga e está cega. Então, fica o registro da nossa solidariedade. Ao final da nossa audiência pública, faremos um minuto de silêncio por todas as vítimas e pessoas que estão realmente sofrendo com essa situação. Muito obrigada.

Hoje trataremos de um tema que toca realmente o coração e a responsabilidade de toda a nossa sociedade: o acolhimento de criança e do adolescente que, por diferentes razões, precisam ser afastados de suas famílias. Quando isso acontece, o Estado assume a responsabilidade de garantir o cuidado, o afeto, a segurança e a construção de novos caminhos de vida, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O serviço de acolhimento em família acolhedora concretiza esse compromisso. Famílias oferecem acolhimento temporário, enquanto a justiça define o melhor destino para cada criança e para cada adolescente. É uma política que humaniza o cuidado e fortalece vínculos com a comunidade. O PL 1461/2025 busca valorizar e fortalecer essa política na cidade de São Paulo. Mas para isso, é essencial garantir a qualidade, a estrutura adequada e o apoio

necessário às famílias acolhedoras e também, claro, às equipes técnicas envolvidas nesse trabalho.

Naturalmente, há pontos que merecem a atenção em qualquer aprimoramento de política pública. Essa audiência pública tem exatamente este papel: ouvir a sociedade e as famílias acolhedoras, os profissionais da rede os Conselhos para que possamos avançar com segurança e responsabilidade. Vamos lembrar que o nosso compromisso é comum: garantir que cada criança e adolescente em São Paulo têm o direito de ser cuidada com amor, dignidade, proteção e oportunidade de um futuro melhor.

Agradeço imensamente a presença de todos. Gostaria que a Vereadora Ana Carolina, que tem uma luta constante por essa causa, viesse compor a Mesa conosco.

Também agradeço a presença do Vereador Carlos Bezerra Jr. e o convido a tomar assento à mesa conosco. É importante a gente trazermos a força de todos os Vereadores para concluir um projeto que venha a beneficiar tanto as famílias como as crianças, nosso principal motivo.

Gostaria de passar a palavra Sr. Esequias Marcelino da Silva Filho, Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Por favor, com a palavra.

O SR. ESEQUIAS MARCELINO DA SILVA FILHO - Boa tarde a todos. Cumprimento os membros da Mesa: Vereadora Ely, Vereador Hélio e demais Vereadores; os demais presentes assistem a esta plenária e quem acompanha pela TV Câmara SP.

Sobre a questão que foi discutida no Conselho e que ainda estamos deliberando - o PL 1461/2025 -, a maioria dos temas mais relevantes diz respeito aos critérios adotados: como será a seleção e quais os critérios, que estão no artigo 5º, incisos I e IV, “acompanhamento e desenvolvimento da criança e do adolescente em família”? Como será o acompanhamento? Quais foram as condições a adotadas?

E no artigo 13: “A desistência do Programa da Família Acolhedora poderá ocorrer a qualquer tempo”. Nos casos em que a família está com a criança acolhida, vai voltar novamente a família acolhedora ou voltará para a instituição? Essas são algumas dúvidas que temos. No

restante, dar parabéns à questão da lei.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada. Quero também agradecer a presença da Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a Sra. Eliana Gomes, e dizer o quanto é importante a sua vinda aqui para esclarecer tudo aquilo que nós precisamos.

Vou chamar os dois inscritos de forma *on-line*. Sra. Soraya Camargo, Coordenadora da Casa de Acolhimento Lalec, está presente? Não. Dr. Gabriel Henrique Pereira, da Associação dos Grupos de Apoio a Adoção do Estado de São Paulo – AGAAESP, está presente? Também não. Eles são as duas pessoas que fizeram inscrições *on-line*. Caso chegarem, nós abriremos a palavra. Temos alguns inscritos aqui? Alguns dos Srs. Vereadores gostariam de falar? Querem escutar os inscritos primeiro?

Então, eu gostaria de convidar o primeiro inscrito, a Sra. Maria Mota, do Sindsep. Está presente? Tem a palavra por três minutos. Fica à vontade, seja bem-vinda.

A SRA. MARIA MOTA – Olá a todos e a todas. Boa tarde. Acho que é pouco tempo para a gente falar de um tema tão importante, que é acolhimento de criança e adolescente, quando a gente pensa que o Estatuto faz uma defesa, de fato, de proteção, que a gente não tem visto. Pelo menos no debate, na justificativa desse PL, isso não foi transparente.

Na justificativa, inclusive, aponta que a proposta é: vamos aumentar o valor, pecuniário para a família acolhedora e passar a substituir os SAICAs. Mas eu não sei se todo mundo conhece quais são os serviços de acolhimento que nós temos na cidade e acho que a gente tem que ter muito cuidado quando a gente faz defesas tais.

A Lei 13.545 é sobre o Programa da Família e prevê que as crianças estejam abrigadas e que elas sejam preparadas para serem encaminhadas. Então, quando a gente lê a justificativa, é como se qualquer criança pudesse ir; de qualquer forma, pudesse ir. Ou ainda, ao inferir que essa modalidade seja tão interessante para a primeira infância, eu posso começar a divulgar a família acolhedora, tipo: “Olha, vem aqui, todo mundo que quiser ser família acolhedora

venha acolher uma criança”, só que não é assim.

A Secretária Eliana está aqui e vai nos dizer que precisa de uma formação. Não é toda família que está preparada para receber uma criança em sua casa, porque vai ser responsável por tal. Então, se ampliar a família acolhedora, que nós não temos contrariedade, é dizer como vamos fazer isso: com formação nos CREAS, que também não estão dando conta de fazer o trabalho e a gente precisa de apontar que não tem RH suficiente, mas não é com uma propaganda financeira dizendo “vamos aumentar o valor”.

Criança em serviço de acolhimento não está igual a valor. O valor dela está muito bem relacionado a proteção, ao afeto. Ela perdeu a família e precisa estar num lugar e entre pessoas que vão lhe proteger. Nós temos outras modalidades de acolhimento, que é o SAICA, que infelizmente ainda precisa continuar. Também temos o República Jovem e o Casa Lar, que também precisam.

E a gente só precisa hoje manter as nossas crianças em serviços de acolhimento porque o nosso Estado é falho na proteção primária. Nós não temos serviços adequados de educação, nós não temos de saúde preventivos, nós não temos CCAs suficientes nessa cidade, e tão pouco, CJs. Então, a gente não faz prevenção e estamos aumentando os serviços de acolhimento.

Outra coisa que é importante dizer é que não a gente não está apontando que a família acolhedora não é adequada, o que a gente está dizendo é que não foi feito nenhum tipo de estudo e muito nos estranha que hoje, inclusive, tem um GT discutindo o SAICA, tem um GT para janeiro para discutir Família Acolhedora e nós estamos discutindo num outro canto aumentar o valor de Família Acolhedora. Ou seja, a nossa Secretaria não é respeitada, ou a gente não está conseguindo fazer a discussão de acolhimento como deve ser, porque não é no pedacinho. Uma hora a gente discute o CCA, outra hora a gente discute Família Acolhedora, outra hora a gente discute o valor que a gente vai pagar.

Ou a gente aprende a discutir criança e adolescente e como é que a gente consegue acolher e proteger as nossas crianças, ou a gente está fazendo de conta. Então, Srs. Vereadores,

se a gente vai fazer uma discussão sensata, que seja apresentado um substitutivo que dê conta das legislações que hoje nós temos e que dê conta da normativa que SMADS tem, e que dê conta de repensar que os nossos CREAS têm equipes que são responsáveis por Família Acolhedora e que essa justificativa do Família Acolhedora não deu conta e desconsiderou.

Não se discute adolescente em serviço de acolhimento, a toque de caixa, como forma de propaganda.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada. O próximo inscrito é o Sr. Flariston Francisco da Silva, assessor do nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. FLARISTON FRANCISCO DA SILVA – Boa tarde. Primeiro, quero partir de onde terminou a fala anterior, que é uma preocupação e questionamento com o pouco tempo para essa discussão. Queria lembrar que algumas das principais alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente vai pautar o desafio do enfrentamento à violência contra a criança e adolescente.

A Lei do ano de 2009, quando ela altera o ECA, ela acrescenta no artigo 34 do ECA um Parágrafo 1º para dizer que, de fato, o acolhimento em família deve ter preferência ao acolhimento institucional. Mas, veja, nós estamos falando de uma lei federal do ano de 2009. Então, nós deveríamos, por esse princípio, ter mais serviços de acolhimento em família do que acolhimento institucional. Mas nós estamos falando de uma lei então, que está completando agora 16 anos.

Quantas famílias acolhedoras tem a cidade de São Paulo? A lei citada aqui é a Lei Municipal 13.545, do ano de 2003. Então, nós estamos de uma lei de 23 anos. Quantas famílias acolhedoras estão implantadas? Quantas equipes existem? E quantas famílias estão no programa em 23 anos da lei municipal?

Então, veja, uma lei municipal de 23 anos, da alteração no ECA falando da preferência. E, por princípio, está correto pelo lugar de criança é na família, e não instituição; na sua família natural, na sua família extensa, numa família acolhedora ou numa família substituta.

Agora por que essa demora para discutir esse princípio do ECA? Agora se propõe uma alteração à lei municipal, numa discussão, que a meu ver, se dá a toque de caixa. E como também foi lembrado aqui, colocando como argumento o principal o fator econômico. A justificativa do PL diz isso.

É mais barato família acolhedora do que SAICA. Mas não é isso que diz o Parágrafo Único do artigo 100 do ECA, quando coloca como um dos princípios o superior interesse da criança e do adolescente. Aqui me parece que o princípio da economicidade na gestão pública. E está se sobrepondo àquilo que é o mais importante para a criança e o adolescente.

Quero lembrar que mesmo depois da Lei 12.010, nós vamos nos lembrar de algumas Leis que receberam o nome de crianças, leis federais alterando o ECA, exatamente, a partir da morte dessas crianças por quadros de violência, e, quase sempre, dentro da família. Quero me referir à Lei 13.010 do ano de 2014, que recebeu o nome de Lei Menino Bernardo. Essa lei já previa que, enquanto medida preventiva, também, como já dito, era preciso investir numa série de programas e ações de apoio à família.

Eu perguntaria: será que desde o ano de 2014 o município de São Paulo implementou todos os programas de apoio à família para prevenir a violência contra criança e adolescente, que é a principal causa que os leva aos SAICAs na cidade de São Paulo?

É preciso lembrar ainda que, no ano de 2017, o ECA foi alterado a Lei 13.431, que discutiu o sistema de garantia de direitos a crianças, vítimas e testemunhas de violência. Mais uma vez, falando de um conjunto de ações preventivas. Será que nós implantamos na cidade os programas todos previstos nessa lei?

Mais recentemente, mais um menino, quer dizer, de todos que morrem todos os dias, mais um para dar nome à lei: Lei Henry Borel do ano de 2022, mais uma vez, indicando uma série de programas que não foram implementados.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Seu tempo acabou Sr. Flariston.

O SR. FLARISTON FRANCISCO DA SILVA - Eu preciso concluir somente para dizer que o orçamento da assistência social na cidade de São Paulo tem sido diminuído a cada ano.

O projeto de orçamento para o ano que vem que está aqui nesta Casa e chegou no início de outubro é menor do que foi executado neste ano. O que foi executado neste ano é menor que o do ano passado. Ora, se você diminui dinheiro no orçamento para assistência social a cada ano, como é que vai implementar os programas que a lei pede para prevenir a violência e para prevenir as crianças de irem para o acolhimento institucional? É por isso que causa surpresa um Projeto de Lei a toque de caixa. Acho que, se os dados se não foram colocados vão ser. São 150 serviços de acolhimento na cidade de São Paulo, mais de 2.300 crianças acolhidas.

Onde está o diálogo com essas organizações parceiras que executam esse serviço, como também já aqui colocado? E as organizações que executam família acolhedora? Eles estão aqui? Eu quero só dizer, lamentar também...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - O nosso tempo já está bem esgotado, Sr. Flariston. Já está dando seis minutos de fala. Eu não posso abrir exceção porque, depois... a gente não vai ter oportunidade de ouvir todos.

O SR. FLARISTON FRANCISCO DA SILVA - ... Eu já vou encerrar.

Só queria dizer, aproveitando a presença do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, que eu esperava que fosse apresentado aqui um Parecer da Comissão De Políticas Públicas também, talvez, do Conselho, e não somente um comentário. Sinto falta, também, do Conselho Municipal de Assistência Social.

Quero dizer, por fim, que, na reunião de sexta-feira, ficou combinado que a na Frente Parlamentar apresentaria, enquanto Frente, um substitutivo a este Projeto de Lei.

Então, eu gostaria... que fosse retomado.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Muito obrigada.

Eu pediria que todos respeitassem - foram seis minutos e trinta segundos de fala do senhor - os três minutos, no máximo. Eu já estou dando quatro minutos, um a mais, para que a gente possa ouvir também os Vereadores e vocês. A gente está aqui, sim, para ouvi-los.

Quero dizer que as inscrições ainda estão abertas.

Gostaria de chamar a Sra. Andrea Barbosa, da Associação Beneficente Santa Fé,

por favor.

A SRA. ANDREA BARBOSA - Olá, boa tarde aos presentes.

Eu sou André, Assistente Social de formação e coordeno o programa Família Acolhedora na Associação Beneficente Santa Fé.

Acho que a primeira coisa que a gente tem que falar é que o programa Família Acolhedora, sim, traz um impacto positivo para crianças e adolescentes, isso é inegável. Não é uma questão que a gente precise trazer dos impactos positivos dessa política pública que a gente executa na cidade de São Paulo, mas eu queria ressaltar que, para uma Família Acolhedora, é uma política pública com metodologia própria e parâmetros técnicos específicos que exige uma compreensão mais ampla que uma dimensão financeira.

O aumento do auxílio pecuniário, embora relevante, a sustentabilidade das Famílias Acolhedoras é essencial para a cidade de São Paulo, não qualifica nem expande os serviços se não vier acompanhado de investimentos estruturais na execução da política.

O fortalecimento do programa Família Acolhedora depende de ações integradas como a divulgação qualificada. A cidade de São Paulo não tem cultura de acolhimento. Se a gente sair procurando nas ruas e perguntando o que é uma Família Acolhedora, a maioria das pessoas desconhecem. Acho esse um ponto relevante e que vai além da pecúnia.

A gente precisa de perfis adequados de famílias para executar esse acolhimento, formação continuada da rede socioassistencial dos nossos companheiros que estão no CREAS, no CRAS, nas UBSs. Então, a gente precisa qualificar também esses profissionais que lidam diariamente com os acolhedores e com as crianças e adolescentes acolhidos.

Reitera uma cultura de acolhimento familiar, que reconheça o caráter excepcional e temporário. O Família Acolhedora é ótimo, mas, também, é temporário, como qualquer outra medida de acolhimento o é.

Paralelamente, a gente não pode tratar isso como uma resposta à violação de direitos. A política de acolhimento precisa ser construída com políticas robustas que exigem ampliação de estratégias de prevenção, apoio e reintegração familiar. Isso tudo precisa estar

alinhado e somado, prevalece o aumento das Famílias Acolhedoras e fortalecimento dos serviços como política pública.

Também é necessário investimento público que vai além do benefício repassado às famílias. E, quando pensamos em benefício, como isso vai ser acompanhado, monitorado, orientado; as equipes técnicas que hoje são equipes que têm assistentes sociais e psicólogos que têm que dar conta da formação das Famílias Acolhedoras, do acompanhamento das famílias de origem, das famílias extensas. Terão, também, que fiscalizar como esse dinheiro tem sido aplicado. Acho que esse é um ponto relevante que a gente precisa observar.

A operação do serviço também em recursos humanos e formação técnica. Nossas equipes precisam de formação continuada dos múltiplos assuntos que vão vir, pertinentes à infância e à adolescência. Então, quando a gente pensa em recursos para Família Acolhedora, vai muito além do pecúlio, mas, também, para fortalecer as equipes técnicas que trabalham diariamente com essas famílias.

Inserção de profissionais de foi diferentes áreas: hoje, a gente precisa, às vezes, debater com área da saúde, área de educação, entendendo várias questões que essas crianças têm, que passam por trauma, por violação de direitos, porque questões de saúde, sendo que é um trabalho biopsicossocial. Então,

Assim, fortalecer o programa Família Acolhedora implica compreender que a sua efetividade depende de investimentos estruturais, desde onde estão as equipes alocadas, qualificação metodológica, interdisciplinaridade, ações preventivas e reintegradoras, porque o principal objetivo do acolhimento é o retorno familiar. Óbvio, no esgotamento, sim, inserção em família substituta adotiva que são elementos fundamentais para garantir a proteção integral e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Pensar em Família Acolhedora também é pensar cuidados alternativos, além do acolhimento, mas também como nós fortalecemos essas famílias, tanto acolhedoras como de origem quanto extensas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada. Agradeço.

A próxima oradora é a Patrícia Tavares, Conselheira Tutelar da Lapa, por favor, até três minutos.

A SRA. PATRÍCIA TAVARES - Boa tarde. Sou Patrícia, Conselheira Tutelar da cidade de São Paulo pela Lapa.

Eu queria trazer um pouquinho para este debate uma questão que é nosso cotidiano de trabalho. O Conselho Tutelar atua como um órgão protetivo e, muitas vezes, a nossa atuação - por conta de como estão dispostas e distribuídas as políticas públicas da rede protetiva - é de depois que as violações acontecem. Então, a gente não atua como uma proteção; atua para mitigar, estancar, imediatamente, uma violação que já aconteceu.

A gente precisa olhar para essa rede protetiva e para essas políticas do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente antes desse momento, do que a gente está trazendo aqui.

O objeto deste PL é, estritamente, um reajuste pecuniário. Agora, o que nos traz preocupação é qual é a justificativa que ele está apresentando.

Então, quando a gente está lá na frente, na ponta, lidando com a emergência, numa situação em que a gente precisa aplicar a medida protetiva, que é a nossa última medida protetiva, que é a nossa excepcional e temporária medida protetiva, o que a gente tem disponível durante os finais de semana, durante os nossos plantões de Conselheiros Tutelares da cidade, não são as famílias acolhedoras. Existe uma complementariedade dos serviços.

Os SAICAs, Serviços de Acolhimento Institucional da Criança e do Adolescente - como a gente nomeia, popularmente, os abrigos - são, absolutamente, necessários e organizadores do nosso trabalho. Eles precisam existir enquanto existir essa necessidade de acolhimento institucional.

Se a gente ainda tem uma sociedade que não dá conta - antes da última medida protetiva - de acolher, encaminhar, conseguir resolver as questões tanto familiares do ponto de vista da violência, mas também do ponto de vista da extrema vulnerabilidade social que essas

famílias vivem e que, em grande medida, essa é a principal motivação dos acolhimentos institucionais que a gente faz na nossa cidade hoje, a gente vai precisar de SAICAs, vai precisar de serviços de acolhimento, e eles são complementares.

A gente hoje vive na cidade de São Paulo uma enorme dificuldade, não tem vaga de acolhimento institucional. Então a gente não consegue ter um serviço adequado na complexidade que ele precisa de atendimento. Quando essa criança ou adolescente chega até nós, no meio da madrugada, ou porque ela está em situação de rua ou porque ela está sofrendo, vivenciando uma situação de violência, eu preciso emergencialmente de um acolhimento institucional e não é a Família Acolhedora.

E mais do que isso, essa criança, quando chega até mim, ela teve uma vivência, uma trajetória de violência necessariamente. Então eu preciso dar outras respostas para esse adolescente. Eu preciso de um serviço adequado. Eu preciso do que tem, hoje, dentro do SAICA que são os assistentes sociais, os psicólogos, os pedagogos, que é uma estrutura, porque aquela criança não tem uma trajetória livre de violência, livre de traumas.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Concluindo.

A SRA. PATRICIA TAVARES – A gente precisa ter essa observância. E como já foi dito aqui, muito bem dito, não é uma questão de recursos. Aliás, criança e adolescente é prioridade absoluta. Não é a maior prioridade, ela é absoluta. Então, todos os recursos possíveis e disponíveis ou não disponíveis, que a gente venha a disponibilizar, têm que ser para criança e adolescente.

Então, a gente precisa dessa rede completa, complexa, com todos os serviços que a gente tiver para dispor, para atender e garantir o direito de todas as crianças e os adolescentes.

E queria dizer que, eu sei, está sendo construído um substitutivo para esse PL. Então eu espero, imagino, que essas questões possam ser incorporadas antes que exista a implementação do próprio projeto.

É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada. Agora, a próxima inscrita é a

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 13 DE 46

Sra. Solange Cristina, do Fórum da Defesa e Garantia dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Boa tarde.

A SRA. SOLANGE CRISTINA – Boa tarde à Mesa. Boa tarde a todas as pessoas presentes. Já fui contemplada pela fala dos que me antecederem, então não vou demorar muito.

O SAICA vai ser substituído pelo Família Acolhedora, gostaria só de perguntar o que será feito dos trabalhadores desses SAICAs? Porque a gente tem uma rede aí muito grande de trabalhadores e trabalhadoras, e o que será feito, não é?

E um outro ponto é que o Família Acolhedora, principalmente nas periferias, não funciona. As pessoas não têm condições de cuidar da criança porque já está muito fragilizada. Mesmo que se aumente o valor do recurso, falam que vai aumentar para 3 mil, para dois salários mínimos, não será suficiente.

E lembrando outro ponto, dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, estão previstos tanto os serviços de acolhimento institucional quanto o Família Acolhedora. Não dá para dizer que vai ter um e não vai ter o outro. Precisa ter os dois.

E outro ponto é a questão do investimento na questão da proteção básica, que cada vez mais vem sendo sucateada. No meu território, o Itaim Paulista, fechou-se quatro CCAs e não abriu outro no lugar. E essas crianças não têm atividades, elas vão para a escola meio período, não é verdade que todas as escolas estão em período integral e acolhendo essas crianças. Não dá conta, principalmente nos territórios periféricos, onde a população é maior.

Então quero só deixar aqui que estão vendo esse substitutivo, espero que os Vereadores tenham carinho e vejam com carinho essa questão, porque não dá para dizer que o Família Acolhedora vai dar conta dos serviços de acolhimento institucionais, que são os SAICAs, hoje na cidade.

É isso. Obrigada pela fala.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, Sra. Solange. Gostaria de chamar a Sra. Ligia Mafei, Defensora Pública. A senhora tem três minutos.

A SRA. LIGIA MAFEI GUIDI – Não gosto muito de palanque. Olá, boa tarde a todas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 53

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 14 DE 46

as pessoas. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Vereadora Ely, e os presentes.

Meu nome é Ligia, sou defensora pública, atualmente na Coordenação do Núcleo da Infância e Juventude. Eu já vim na audiência anterior, mas renovo a fala agora também para prestigiar a Secretária Eliana.

Longe da gente, enquanto Defensoria Pública, criticar um fortalecimento do serviço de famílias acolhedoras. Hoje mesmo, neste dia, que é simbólico, acabou de ser aprovado o novo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, em que o serviço de Família Acolhedora é, sim, preferencial ao serviço de acolhimento institucional. E também são trazidas outras formas de proteção a crianças e adolescentes, como guarda subsidiada, acolhimento, enfim, outras formas.

Mas não me alongando, acho que a única coisa que nos deixou um pouco preocupados foi essa justificativa de motivos. E eu não vou nem falar na questão da economia, porque sou uma idealista no sentido de que a gente economiza se investisse na prevenção. Mas não é nem sobre isso que eu vim falar aqui.

O que me preocupou, e eu acho que o município de Franca, nesse sentido, tem muito a nos ensinar, mas as pessoas de lá são muito mais qualificadas que eu para falar. Mas o que me preocupou foi que, na justificativa orçamentária, está dizendo que nós vamos transferir os 2.135 acolhidos integralmente para o modelo... Está escrito, Secretária. É por isso que é desesperadora, na justificativa de motivos está escrito isso, que se transferíssemos 2.135 crianças e adolescentes só teríamos uma economia de 112 milhões. Não é isso?

- Manifestação do público.

A SRA. LIGIA MAFEI GUIDI – Está escrito. Completamente, a transferência completa.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Vereador, deixa só ela concluir a fala, depois o senhor vai ter tempo de fala.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Permite-me um aparte de 10s? É um aparte de

10s.

- Manifestação do público.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Não tem aparte por ser mulher, é isso? Então não tem aparte?

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Segura o tempo da inscrita. Vereador...

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Quando tem mulher, não tem aparte. Essa é uma nova regra, está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Vereador, rapidamente. Pessoal, por favor, aqui existe uma presidente e eu gostaria que houvesse ordem para que a gente conduzisse os trabalhos.

Por favor, Sra. Ligia, a senhora está com a palavra.

A SRA. LIGIA MAFEI GUIDI – Então, prestigiando a presença da Secretária, eu gostaria de ouvir esses esclarecimentos sobre como esse plano vai ser executado, a transposição do modelo que ele deve ser realizado, mas como vai ser realizado. Lembrando, como alguém que me antecedeu falou, que idealmente, infelizmente, o caso seria que não houvesse mesmo nenhum tipo de acolhimento, que nós tivéssemos todas as famílias muito bem fortalecidas, as famílias de origem. Mas isso não vai ser o caso. Nós vamos ter crianças e adolescentes que não vão se enquadrar no perfil de Família Acolhedora.

Então acho que, em realidade, vai ser impossível essa completa transição. E a minha dúvida é essa, como está sendo pensada essa transição? E lembrando, como falaram aqui, que a gente nem fala mais em programa de Família Acolhedora, mas em serviço, porque demanda metodologia, demanda equipe técnica.

Então, acho que essa é outra parte. E de novo, acho que o projeto de lei só está cuidando do repasse, toda a justificativa orçamentária colocou isso e suscitou muitas dúvidas, inclusive uma que eu acredito que não seja essa a interpretação: olha, a cada criança transferida, vamos repassar para a família e daí pessoas, trabalhadoras do SAICA, mas então transferiu uma criança do SAICA “x”, não vai mais ter tantos reais em relação... Eu acho que não é isso.

O que está faltando entender é realmente como vai se dar essa transição, o que a Secretaria está pensando, trazendo de novo a especificidade de algumas crianças e adolescentes, como as em situação de rua, porque nós já temos a Lei Municipal 17.923, e como a gente pensa em todos esses modelos, faz uma transição adequada e com calma.

Então, eu vim hoje para ouvir, a minha dúvida seria essa: como a Secretaria tem pensado esse modelo de transição, para dar conta das mais diversas especificidades do nosso município? Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, Sra. Ligia, Defensora Pública, dando a sua colaboração com o tema tão importante.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Pois não, Vereador.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Eu ia fazer um adendo, por isso pedi um aparte à técnica que me antecedeu na tribuna. Mas é o seguinte, eu queria fazer uma sugestão, Presidente, porque acho que nós já temos 1 hora de audiência pública e, pelo menos, umas 15 perguntas, uns 15 questionamentos. E, para que pudesse ter um pouco mais de dinamismo na audiência pública, que também tivesse uma produtividade ainda maior, confio na condução de V.Exa., mas que a gente pudesse ouvir um pouco a Secretária, que ela pudesse explicar especialmente a última intervenção, porque toca talvez no ponto mais crucial daquilo que a gente vai votar. E nós estamos votando alterações num programa que é extremamente sensível, importante para a cidade. Já na audiência anterior houve uma dificuldade imensa de diálogo, uma audiência que não foi sequer presencial.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Na CCJ.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – E, agora, como forma de contribuição, eu queria fazer um apelo à V.Exa., uma sugestão para que a Secretária começasse a dar as respostas, até para que nós também tivéssemos tempo hábil para colocarmos os questionamentos e extrairmos, a partir desses posicionamentos, os nossos próprios posicionamentos para votação e apresentação do substitutivo.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Sim, sim. Vereador, nós temos mais pessoas inscritas. E assim, entendo que o senhor queira se colocar, infelizmente não teve a oportunidade de falar na outra audiência pública, acredito eu, pelo incômodo. Mas nós temos mais algumas pessoas inscritas e, no meu entendimento, quero sim dar prioridade para ouvir as pessoas, quero ouvir a população e, em seguida, nós ouviremos a Secretária.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Mas a gente não pode fazer com alternância, como é feito em todas as audiências públicas?

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Eu acredito que ela está anotando as perguntas. (Pausa) Pode falar no microfone, Vereadora.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Eu quero só frisar que nas audiências públicas, primeiramente a população toda é escutada, em todas as audiências que eu fiz de Finanças...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – É assim costume conduzir.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Exato. E aí, com certeza, a Secretária também está aqui com a sua assessoria anotando tudo para que ela possa depois concluir.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Entendi.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Até porque, muitas outras dúvidas devem surgir...

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Estou aprendendo então, Vereadora...

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Nós estamos todos aprendendo juntos.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. – Eu não tinha aprendido essa, é uma nova regra na Casa...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Não é regra, Vereador, não tem uma regra aqui. Nós temos algumas regras que você tem, independentemente do Regimento Interno. O senhor está na Casa aqui há muito mais tempo do que nós, mas aqui, Vereador, como presidente, nós estávamos conduzindo de uma forma, e nós vamos manter dessa forma. Obrigada pela sugestão, vou pensar numa forma de a gente ser mais prático, mas a minha

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 18 DE 46

necessidade, o essencial é o meu diálogo com a população. Eu, ontem, estive junto com outros Vereadores, inclusive querendo entender melhor esse projeto, e obviamente que o senhor já passou pela pasta, o senhor tem todas as informações necessárias, todos os processos, os pontos mais críticos, os mais favoráveis. O senhor teve a oportunidade de melhorar isso tudo também. E eu acho que hoje, como a Secretária Eliana nos atendeu com tanto carinho, eu, obviamente, e não só a população, mas nós, Vereadores desta Casa, vou fazer como a gente havia combinado. Eu já avisei antes de o senhor chegar, eu já tinha avisado que ouviria a população e depois ouviria, inclusive, os Vereadores e a Secretária.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Então, dando continuidade...

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Então, como não tivemos o privilégio dessa reunião privada, temos que aqui nos contentar com os últimos dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Não foi privilégio, não foi privilégio. O senhor pediu uma agenda?

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – O senhor pediu uma agenda?

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Várias já, várias vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Então aí é uma questão de o senhor...

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Encaminhei uma agenda, encaminhei o substitutivo, encaminhei uma série de informações, e eu estou curiosíssimo para tentar entender.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – O senhor me desculpe... Ok, vamos ouvir a população. Eu gostaria de dizer, as inscrições estão encerradas, a gente tem apenas uma hora para ouvir não só a Secretária, mas também os Vereadores, com todas as dúvidas, e dos municípios. A gente chama o Sr. Pedro Santinho para falar, por favor. Em seguida, Gisele Abreu. O Pedro é advogado, cidadão; e Gisele é Conselheira do Comitê Pop Rua. Por gentileza, três minutos.

O SR. PEDRO SANTINHO – Boa tarde a todos. Eu sou Pedro Santinho, advogado,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 19 DE 46

sou também Conselheiro Municipal de Saúde, mas estou falando como cidadão. Acho que aqui várias questões foram tocadas, mas o substancial, com certeza, pela companheira Defensora Pública, que me antecedeu. Mas acho é importante porque a discussão desse projeto, salvo a gente tirar tudo que está escrito na justificativa, o que também a gente não pode fazer, porque faz parte, inclusive do ponto de vista judicial, ela dá interpretação judicial das leis, as justificativas fazem parte dessa interpretação, a gente não pode, dessa forma, tirar a justificativa, isso é uma preocupação muito grande. Eu não tive conhecimento do substitutivo, mas deixa bastante claro para a gente, se não, o que especificamente a Secretaria quer fazer, mas o que a Prefeitura está fazendo. Recentemente, tivemos várias denúncias de falta de SAICAs, de fechamento de SAICAs na Lapa mesmo, porque eu faço parte daquele território, e nós tivemos fechamento de SAICAs, e falta muito. Têm os Acolhimentos Habitacionais, que são feitos de forma desterritorializada, o que é um grande problema, não há vagas depois para mover as crianças para os seus territórios. E parece que o Executivo só está preocupado em aumentar o dinheiro para a Família Acolhedora o que seria por si só, bem-vindo, mas contornando o fato da principal coisa que deveria fazer, que é atender essa demanda, que é muito grande na cidade de São Paulo, que se coloca, sobretudo, no SAICA, nisso a gente precisa ser bastante claro. E a gente precisa também conhecer a lei, porque isso não foi feito sem análise legal. A lei originária da Família Acolhedora, apesar de ela ter sido apresentada há bastante tempo, é bastante importante, mas tem lacunas que, por si só, já estavam previstas a serem solucionadas pelo SAICA. O serviço é passível de ser cancelado imediatamente, está no art. 21 da lei da Família Acolhedora. A qualquer momento, a família fala “não”, e isso é contrário aos princípios constitucionais da continuidade do serviço público. Então, não podemos depositar confiança numa proposta de serviço, que não permita a continuidade integral. Em segundo lugar, a lei também amplia, de uma forma, ao infinito, porque passa por regulamentação infralegal a quantidade de crianças que podem ser acolhidas pelas Famílias Acolhedoras. Acho que isso também abre uma brecha para a questão do financiamento, o que é bastante preocupante.

Por fim, acho que do ponto de vista orçamentário, se fosse só a questão de melhorar

o quanto as famílias acolhedoras recebem de apoio, tudo bem, mas, na verdade, a omissão da Prefeitura em colocar, de uma hora para outra, e não ter projeto para criança e adolescente na cidade, é a maior demonstração que essa lei apresenta. Então a gente precisa entender, eu acho que a gente deve ter mais tempo para dialogar sobre isso, porque a Família Acolhedora não é exatamente a família, e a própria lei no art. 22 prevê que entidades podem ser a família. Então, vir aqui falar que família, família e Família Acolhedora é a mesma coisa, de acordo com ECA, é perverter bastante a lei. A Família Acolhedora também é institucionaliza a criança, a gente não tem o costume de usar essa palavra, mas a própria lei traz isso na sua natureza definitiva, porque a adoção é final, a Família Acolhedora cessa a qualquer momento, não é uma entidade, famílias não são empresas e associações, a Família Acolhedora prevê que sejam empresas e associações.

Para concluir, a forma como a Prefeitura financeiramente desnaturou o conceito mesmo de família, ao dizer: ah, também é família; não, a gente precisa primeiro proteger as crianças em suas famílias. E qual o projeto para isso? É isso que nós devemos discutir.

Então, queria encerrar e agradecer a participação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - A gente que agradece, Sr. Pedro, muito obrigada. Sra. Gisele Abreu, Conselheira do Comitê Pop Rua, três minutos, por gentileza.

A SRA. GISELE ABREU - Boa tarde a todos. Então, essa Família Acolhedora só é no papel, porque na realidade não funciona. O que está acontecendo? Ontem, o que foi que aconteceu? Vou contar, entre outras, uma história de ontem. Tem esse SAICA que, para mim, teria que ser investigado, porque, assim, a família não é acompanhada, principalmente as crianças que vão para esse SAICA, o que está acontecendo dentro dos acolhimentos? As mães estão sendo punidas devido os seus problemas pessoais, de violência doméstica, problema com álcool, com droga, dependência química. Eles, em vez de... cadê o atendimento que deveria ter, o atendimento humanizado, que eles alegam que tem, mas não tem? Tem família que não está sendo acompanhada. Tem mãe que as crianças foram abusadas. Lá dentro há coisas

gravíssimas, e a doutora está ciente disso; passei tudo para ela, passei vídeo, coisas gravíssimas que estão acontecendo tanto dentro do SAICA como dentro desses equipamentos da Prefeitura. Então tem de ser investigado. E não é mãe sendo punida, tirar o seu filho, como o que aconteceu com uma usuária de hotel. Ela foi trabalhar, deixou a criança, deixou com uma família, o pai lá abusou, e a mãe foi punida, simplesmente tiraram, não teve um acompanhamento, e a mãe não consegue ver a criança porque eles abafaram o caso. Como há vários outros casos gravíssimos acontecendo dentro desses abrigos, e... simplesmente os assistentes sociais e a equipe técnica estão com a caneta na mão, eles fazem um relatório, “aí, a mãe é usuária, a mãe é isso, a mãe agrediu a criança”. Não tem o acompanhamento, então quem é punida é a mãe. Tem mãe lá que está sofrendo, que não tem o acolhimento. Tem mãe que é vítima de violência doméstica, que está apanhando lá do marido, e não tem o atendimento adequado.

Então isso daí é só na prática... É só no papel, porque na realidade, na prática não existe. Então, igual ontem, cinco famílias, a gente veio aqui, falamos com a com a procuradora - eu estou meio nervosa -, procuradoria da Casa da Mulher. Eles mandaram o ofício, Dra. Eliana, para a senhora, ligaram para a senhora no telefone. Fomos lá, mentiram, que o Augusto está ali, assessor dela. As crianças, desde 10h da manhã, vieram lá do Itaim, com fome. A gente ficou lá, que a doutora lá, a Vereadora acompanhou. Só fechou, só tivemos que ir embora, não teve resultado, “ah, porque a família tem que ter perfil”.

Gente, que perfil? Essas Vilas Reencontro não foram feitas para a população de rua, Doutora? Não é isso que está no decreto? A pessoa tem a família, não tem direito de escolher o lugar que deve morar. “Ah, tem que ter perfil”. Que perfil? É mãe que estava ali, que tem criança, que mora na região, é mãe que está pedindo socorro dentro dessas Vilas, desses centros de acolhida. Tem família lá que está se acabando no álcool, na droga, porque não tem um atendimento humanizado, porque a maioria dos assistentes sociais ali só estão pelos seus favores, pelo salário, porque é simplesmente dar o café da manhã, um almoço, acha que está fazendo muita coisa.

A gente não tem oportunidade de nada, porque eu também sou moradora da Vila, eu

estou ali. A gente não tem oportunidade de encaminhamento, porque quando chega nesse CATE, PopRua, isso daí é uma falcatrua. Quando chega lá, quando ele vê que a população de... ele não aceita. Então tem que ter uma parceria e tem que ter um atendimento humanizado. Está na hora da Secretária Eliana acordar, porque tudo ela não sabe de nada, tudo o que encaminha, nunca sabe.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Concluindo, Sra. Gisele.

A SRA. GISELE ABREU - Como a senhora ali falou, “ah, que não sei o quê, a família”, só tem verba para eles. E para a população, cadê o atendimento humanizado que não tem, que não existe? “Ah, a assistente social”. A população de rua está abandonada, sucateada. A população está pedindo socorro. Espera... os vereadores desta casa, porque a Vila Reencontro foi aprovada nesta Casa. Teve vereador que nem sequer foi lá visitar, nem conhece a Vila Reencontro, nem conhece os projetos.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, Sra. Gisele.

A SRA. GISELE ABREU - E mesmo assim voltou por uma politicagem. Milhões investidos nessas Vilas Reencontro, tem família lá passando fome, comendo comida de péssima qualidade, de não ter um atendimento, não tem nada. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Muito obrigada.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Pois não, Vereadora?

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Eu gostaria somente de falar sobre o tema que a senhora Gisele expôs aí agora. Eu mesma fui a Vereadora...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Senhora, senhora, a Vereadora está com a palavra. A senhora aguarda um minutinho?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - A senhora teve cinco minutos para falar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - A senhora, por gentileza...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Ela vai responder porque ela está aqui aguardando.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Vereadora Ana Carolina está com a palavra.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Senhora Gisele...

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Vamos lá. Senhora Gisele...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – A sua fala já foi concluída.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Ninguém está passando pano. A senhora me respeita, porque ninguém está passando pano. Estou pedindo para a senhora finalizar há um minuto e meio, e a senhora não está tendo ordem de respeitar esta presidência e esta audiência.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Não, senhora, não estou atrapalhando a senhora.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Vamos lá. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Inclusive vi a senhora lá...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Isso mesmo.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Não, ela vai me deixar falar, porque aqui a gente tem um diálogo aberto, da mesma forma que eu tentei ter com você ontem.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Correto.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Só para esclarecer, porque quando a gente tem esse tipo de situação aqui, parece que está exposto e que realmente a Secretaria deixou aquelas famílias em uma situação muito difícil. Eu mesma estive lá, Gisele, eu mesma falei com

você, eu mesma pedi vários momentos para que você me deixasse falar. Eu escutei você. Nós ficamos ali por quase três horas e eu mesma escutei você todas as vezes que você falou.

O tema hoje é o Família Acolhedora, mas eu vou esclarecer o que eu mesma... Estive com a Secretária, com assessores e tudo mais. Então, assim, eram quatro famílias, duas lá já têm casas, são pagos os aluguéis delas, então elas têm onde morar e elas têm onde ficar. Elas têm...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - OK, eu sei a realidade, eu escutei elas e eu escutei. Então eu deixei você falar ali, você falou por cinco minutos, agora é minha vez.

Então duas têm aluguéis pagos, de 1,2 mil reais, pela Prefeitura. Uma tem uma medida protetiva, porque sofreu agressão do marido, e ela não quer voltar para aquele lugar. Nós encontramos um lugar para uma, na verdade, para três famílias. E você sabe muito bem que uma das famílias, que a menina é menor de idade, a mãe está em tratamento de câncer, a filha tem 15 anos, um filho de cinco meses, e eles querem estar junto com o pai dessa criança.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Que também é menor, não é, Vereadora?

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - A menina... Não, o pai é maior de idade e é exatamente por esse motivo que ele também não pode ficar lá, até porque ele não é da família, ele não casado, essa menina não é emancipada. Então, de acordo com a lei, nós precisávamos proteger essa menina de acordo com a lei, porque se desse algum tipo de problema com essa menina, nós estamos aqui para preservar o Estatuto da Criança e do Adolescente, para preservar o direito dela. E, de acordo com a lei, ela não pode estar no mesmo ambiente que esse rapaz. E nós não podemos oferecer uma moradia em que ela esteja no mesmo ambiente. Esta família não aceitou o acolhimento que lhe foi dado, porque ela disse que não se separaria do pai, que ela assim... Então eu fiz ela reafirmar que era uma opção delas se manterem em situação de rua com uma bebê de cinco meses, que eu pedi encarecidamente, como cidadã, como mãe, como mulher, para ela pensar naquela criança antes dela dizer que ela não deixaria o pai.

Então todas as famílias tinham um local para ir, eles não quiseram ou optaram por

estar onde eles estavam anteriormente. Gisele, isso precisa ser declarado. Eu te escutei, eu escutei todas essas famílias, eu conversei com eles, então isso precisa ser esclarecido, antes de você falar que ninguém, nada, nem ninguém, nem a Vereadora, como eu que estava lá, que eu dispus... tinha uma reunião e dispus dessa... saí dessa reunião para estar lá conversando com você, te escutei. E nós saímos de lá acertadas para você falar, vir aqui, não sei a mando de quem, falar sobre este tema que inclusive não é o tema hoje daqui.

Então, para que todos saibam, essas famílias foram sim acolhidas e as que não foram, porque elas optaram por não ir para o lugar que a Prefeitura forneceu para elas. Então, preservando o Estatuto da Criança e do Adolescente, essa menina não podia ficar no mesmo ambiente, porque na hora que der - eu vou usar um termo mais comum -, a hora que desse um BO com essa menina de 15 anos, ela ia atrás da lei e aí iam dizer que a Prefeitura que deixou ela em uma situação ruim.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Gostaria de agradecer o esclarecimento da Vereadora.

Secretária, nós temos apenas mais um inscrito por ordem, e depois eu gostaria de saber quem são os vereadores que querem falar, para a gente fazer a inscrição.

E também dizer que o Ricardo Lima, do SEIBREF... É isso? Por favor, o senhor tem o direito da palavra por três minutos, por gentileza.

O SR. RICARDO LIMA - Boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Ricardo de Lima. Eu sou do Sindicato dos Empregados em Entidades Benéficas, Religiosas e Filantrópicas de São Paulo, e a gente quer discutir um assunto muito importante.

A gente em si... Não somos contra o aumento do auxílio pecuniário, mesmo porque esse auxílio pecuniário para as famílias de adolescentes eleva um pouco o patamar de algumas experiências a nível mundial. Como na Inglaterra, que tem uma boa experiência com família acolhedora, mas que, no entanto, não deixou de ter serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, devido aos perfis específicos de cada criança e adolescente.

Posso parar um pouquinho, que eu estou...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Por favor, Sra. Giselle, tem alguém na tribuna, o Sr. Ricardo. Eu gostaria que a senhora mantivesse o silêncio, por gentileza.

Pode continuar e vou retomar o tempo do senhor. Por favor.

O SR. RICARDO LIMA – Desculpa, é porque às vezes a conversa externa interrompe a nossa linha de pensamento.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Desculpa, é que eu não me atentei antes. Desculpe.

O SR. RICARDO LIMA - Então existem algumas experiências muito positivas pelo mundo no que se refere ao Família Acolhedora. Por exemplo, a Inglaterra tem um auxílio pecuniário de mil euros/mês para essas famílias.

No entanto, a gente sofre na cidade de São Paulo um grande problema em relação ao Família Acolhedora. Nós, trabalhadores e trabalhadoras da assistência social, sequer conhecemos esse serviço que hoje faz parte da rede, porque só existem seis no município, com 20% de ocupação. Não temos consciência do funcionamento dele, então ele é novo até para a gente. E quando a gente reproduz esse serviço para a sociedade, a sociedade tem um grande desconhecimento dessa realidade.

Quando a justificativa apresenta que cada criança acolhida vai tirar o auxílio pecuniário da verba do SAICAs... um auxílio pecuniário que saia de uma verba de um SAICAs já sucateou mais um serviço que é sucateado na ponta.

Então, para a gente não ser tão... vou utilizar um termo mais tranquilo... seria infantilidade da nossa parte, enquanto município, enquanto Poder Público, imaginar que a gente pudesse substituir o SAICAs pelo Família Acolhedora, com a desculpa de redução de custos. Porque a população precisa entender o que é o Família Acolhedora, e só se consegue entender ou provocar o entendimento ou provocar a população através de uma propaganda de massa, massiva para que se provoque as pessoas a procurarem o Família Acolhedora.

Só que, culturalmente, a gente tem um problema muito grave, que é o jeitinho brasileiro. Então a gente, enquanto Serviço Família Acolhedora, vai ter que estar muito próximo a essa família. Então a gente

vai ter que estender o número de profissionais ao acompanhar essa família, o que vai aumentar custo. A gente não deve pensar na assistência social, em nenhum momento, como custo, mas como investimento de proteção à sociedade.

Então, é importante a gente melhorar o Família Acolhedora, é importante a gente divulgar o Família Acolhedora, mas é infantil da parte do Poder Público achar que um substitui o outro. Nunca, jamais.

Entendeu?

Então, a gente precisa dar um salto, refletir e pensar a longo prazo. A curto prazo é pior do que uma utopia; é irrealizável. É uma proposição genuinamente infantil, para não dizer outro nome.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, Sr. Ricardo Lima.

Como as inscrições já estão encerradas, gostaria de saber se a Sra. Soraia Camargo e o Dr. Gabriel Henrique Pereira estão online.

Não? Então, encerramos aqui a fala da população.

Eu gostaria de agradecer a presença da Sra. Secretária Eliana Gomes, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. A gente sabe que a sua agenda está bem apertada realmente, e a gente pede para que a Sra. possa esclarecer aqui as dúvidas... enfim, a palavra com a Sra., por favor.

A SRA. ELIANA GOMES – Boa tarde a todos.

É importante estar aqui. É um momento de diálogo, de ouvir a população, de ouvir os vereadores.

Cumprimento a nossa Presidente da Comissão.

Eu ouvi bastante, estou ouvindo todos esses dias. Eu acho que a escuta clareia várias situações, mas não dá para perder o foco. A gente tem dois focos principais: o primeiro é atender a legislação, é a prioridade do atendimento da criança; e o segundo é a qualidade de atendimento da criança.

Então, quando se pensou no valor, se levou em consideração, e está lá na justificativa, os valores investidos... como bem falado agora, a assistência não gasta dinheiro, é investimento. São pessoas e pessoas para mim sempre importam. Quem me conhece há muito tempo, tem algumas pessoas que me conhecem de outros locais, sabe que prioridade para mim são pessoas, não é? A gente sabe que tem um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 67

REUNIÃO: **21609** DATA: **16/12/2025** FL: **28** DE 46

universo, um satélite, vamos dizer, tudo orbitando em volta, mas os SAICAs não vão se encerrar, não tem como. São serviços complementares. Então, tem o SAICAs, tem a Casa Lar, tem o Serviço Família Acolhedora... são complementares.

Atualmente, a gente desenvolveu... tem um painel disponível em relação ao SAICAs, porque estava na iminência de ter uma ação estrutural na Prefeitura de São Paulo, ou seja, voltar ao passado, década de 80, 90, em que o Judiciário ia administrar o SAICAs na cidade de São Paulo.

Então, em uma audiência concentrada, com todos os juízes da vara da infância, os promotores da vara da infância e a Defensoria, foi explicada qual era a situação real do SAICAs na cidade de São Paulo. São 15 crianças, de idade de 0 a 17 anos, 11 meses e 29 dias, no mesmo espaço. Muitas crianças com distúrbio de ordem mental, que requerem muitos cuidados.

Posso contar para vocês que, diariamente, eu sou acionada pelo SAMU, porque a gente conhece... “Eliana, você precisa resolver o que está acontecendo”. O SAMU liga para contar o que está acontecendo dentro do nosso SAICAs. Chega mais rápida a informação do SAMU para mim do que pelos próprios gerentes informando no serviço. Tivemos problemas de agressão...

Então, quando você olha os serviços, eles têm que se complementar. A Casa Lar também é um serviço que, em breve, vai ser complementado.

Então, o Família Acolhedora... nós tivemos uma reunião há cerca de três, quatro meses atrás com as organizações sociais das famílias acolhedoras e conversamos muito. E, junto com o Secom, desenvolvemos uma campanha publicitária, que já está pronta para ser divulgada na TV aberta, canal aberto, nos relógios, nos pontos de ônibus... informando o que muitos de vocês falaram, muita gente não sabe o que é o Família Acolhedora.

A campanha vem com esse viés de contar o que é uma família acolhedora. Não é de um dia para o outro, não é para extinguir o SAICAs, não é para terminar. Gente, isto é complementar.

E temos que pensar... eu fui até questionada se o valor é muito alto... mas será? Quanto custa uma criança hoje? Conversando com as famílias que acolhem, elas compram berço, elas têm o passeio, a locomoção, transportes. Quanto custa um salário mínimo, que não é o estadual, e sim o nacional? O valor

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 68

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 29 DE 46

de 1.504 reais não é suficiente. Então, como eu já ouvi: “eu acabo colocando do meu bolso, mas o meu amor é maior, não é pelo valor em si”.

Eu acho que a gente tem que pensar na prioridade do atendimento da criança. Se é prioridade a família acolhedora, é melhor. Você vai no SAICAs às 10h da manhã, você tem lá muitas crianças e os seus orientadores. Tem psicólogo? Tem; tem um pedagogo? Algumas vezes, tem; tem um assistente social? Tem. Mas no Família Acolhedora também tem uma equipe técnica para atender a família semanalmente, quinzenalmente.

Tem uma questão muito importante no Família Acolhedora, que é a questão da conversa com a família de origem, é muito próximo. A família de origem participa também junto com a família acolhedora. Sempre tem encontros. Inclusive, presenciei um encontro. Isso é muito mais importante para poder permear as famílias e o retorno da criança.

Normalmente, a criança fica em torno de 6 a 8 meses na família acolhedora, sendo que o tempo que se pode permitir são 18 meses.

Então, é muito mais rápida a saída e a criança volta ao lar origem, ou seja, é uma relação que só soma, que só ganha.

Eu acho que, de modo geral, a gente pode falar que temos que qualificar a rede, não somente no Família Acolhedora, não somente no SAICAs, mas toda a rede da Smads tem que ser qualificada.

Não é somente o “acolher”, somente o “assistir”, mas precisamos qualificar para ter saídas qualificadas em outras tipologias e a criança também ter uma formação exemplar na primeira infância. Dificilmente eu vou ouvir uma pessoa pedindo uma vaga na porta da Smads dizendo que ela ficou no centro do SAICAs desde os 7 anos de idade e ela, gestante, com 2 crianças pequenas, pedir uma vaga no meu serviço com 25 anos, sendo que ela já saiu do SAICAs e continuou no nosso serviço. A gente não quer mais isso, a gente quer uma formação melhor. Da minha parte, é isto.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, Secretária Eliana.

Nós temos aqui os vereadores que estão... quero só ressaltar que os vereadores dessa Comissão da audiência que estamos fazendo hoje, de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, são Luana Alves, Simone Ganem, Amanda Paschoal, Hélio Rodrigues, Roberto Trípoli, Ely Teruel e Rute Costa.

Aos demais vereadores que estão aqui presentes **abrilhantando a nossa audiência.**

Eu vou abrir a palavra para a gente poder discutir, até porque é um projeto que realmente vai ter discussão em plenário. Porém, nós temos a obrigação e a contribuição desta Comissão, para que a gente fale de todo o processo, não só do que vem sendo tratado, mas também de todo o projeto e do objetivo desse projeto, que chegou para a gente, nesta Casa de Leis.

Gostaria, então, de abrir a primeira fala aos Vereadores. Vou dar prioridade aos Vereadores da Comissão. Tem a palavra o nobre Vereador Hélio Rodrigues, que já fez a sua inscrição, por favor.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Obrigado, Sra. Presidente. Cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, bem como a Secretária, que também está aqui. Está indo, já, a Secretária?

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – O Prefeito lhe deu uma missão.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Que coisa!

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – A Secretária está me falando que realmente tem um compromisso.

Eu gostaria de chamar a Sra. Barbara para compor a nossa Mesa.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Presidente, acho que é importante...

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Assim, ficou mais fácil, não é? Acho que acabou a audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Pois não, Vereador Gilberto Nascimento?

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Presidente, acho que é importante...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Senhora, por gentileza...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Ela deu o seu esclarecimento.

Por favor, tem a palavra, Vereador Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Acho que a gente não pode...

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Desmoralização...

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – A gente tem, é claro, uma relação personificada com a questão da Secretária, mas ela está deixando uma responsável e a nossa expectativa é de que a gente tenha essa resposta de alguém que esteja representando a pasta.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – É claro.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Eu gostaria que a senhora convidasse a pessoa que vai trazer as respostas para a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – É por isso que eu gostaria de convidá-la. É a Sra. Barbara. Sra. Barbara, muito obrigada pela sua presença. Obrigada por estar aqui, contribuindo com a nossa audiência pública.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Meu Deus do Céu...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Daqui a pouquinho, por 30 minutos, a gente vai ter que finalizar. Então, eu gostaria de passar a palavra ao Vereador Hélio Rodrigues, por favor.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Sra. Presidente, demais Vereadores e Vereadoras, cumprimento o pessoal que veio para este debate.

Vereador Gilberto Nascimento, a gente sabe que a gente é Minoria na Casa e que qualquer projeto passa, mas tem que debater, pelo menos. Não é, Vereadora Luana Alves? Foi assim o debate que a gente fez e a gente perdeu, com relação à privatização da Sabesp, mas nós fizemos o debate. Ele foi feito. Nós o fizemos. Saímos com a mesma impressão que a gente tinha, de que a privatização não era uma boa – e esse projeto, também.

Eu queria discutir, Sr. Flariston, a questão da criança e do adolescente. Era uma oportunidade ímpar, não só a Casa Abrigo, não só os SAICAs, mas qual é a radiografia da questão da criança e do adolescente no município de São Paulo? Essa era uma grande oportunidade.

Eu vou sair, Sra. Presidente, pelo seguinte: assim, eu peguei esse projeto de lei na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 32 DE 46

fls 71

semana passada. A Oposição foi extremamente ponderada. Não é, Vereadora Luana Alves? Nós nos abstivemos da votação, para tentar entender, porque a gente sabe que é importante a família. A gente sabe que esse projeto é importante, mas, desse jeito, não dá. Tem que haver debate. Vamos fazer o debate. A gente pode ser convencida no debate, e não dessa forma. A Secretária fala. É blindada e vai embora. Então, não dá.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Vereador...

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Vereadora, não casse a minha palavra, não, porque a gente estava numa Comissão, agora, falando do metanol, um problema gigantesco, pessoal. Havia os parentes dos que faleceram e pessoas que estão cegas por causa do metanol. A culpa disso, nobre Presidente Ely Teruel, é, sim, da agência, da Anvisa, porque sucatearam a Anvisa nos últimos anos, como têm sucateado todas as agências. Aqui, nós estamos sofrendo com a questão da energia elétrica, porque as agências que deveriam tomar conta não tomam conta, mas, por uma lógica perversa das privatizações. Queremos, sim, que as agências tenham capacidade de intervir na Enel e tirar sua titularidade. Que possa ser reestatizada. Que possa ter o controle da população.

Esse problema nós estamos discutindo, hoje. É esse projeto de lei, que vai passar. Eu nem sei se vale a pena apresentar substitutivo, Vereador Carlos Bezerra Jr. O nosso único ponto do substitutivo é o seguinte: pode haver a família acolhedora e pode haver aumento, mas não tirem dinheiro dos SAICAs, porque é sensível demais isso. Eu não conheço todos os SAICAs do município de São Paulo, mas só o tema já nos traz a presença de que é um tema muito sensível. Era muito importante escutar as pessoas que trabalham, as entidades, quem está nisso há muito tempo, para jogar a luz aos Vereadores, para ter uma decisão mais coerente.

Nós precisamos saber se tem eficácia o projeto. Não é fala. É provar. Isso é importante para nós, porque a gente vai aprovar uma lei e vamos sair daqui amanhã – e vai continuar essa questão. Quer dizer, nós estamos ajudando o quê? Para que a gente está servindo? Eu pergunto para mim: para que eu estou servindo, de ser Vereador desta cidade?

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Peço só um momentinho, por gentileza. Já dou a palavra. Nós fizemos uma ordem de inscitos, de Vereadores. Eu gostaria de respeitá-la, para que a gente pudesse...

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Eu só pedi, pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Peço só um momentinho. Eu gostaria que a Sra. Barbara se apresentasse. É ela que vai ficar aqui para responder...

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Eu estou com a palavra, Sr. Vereador.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Sim, mas eu pedi, pela ordem, e a senhora está passando a palavra para outra pessoa, sem me responder. Eu estou pedindo, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Ok. Eu pedi para que o senhor aguardasse um minuto, que eu pediria...

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Então, tudo bem. Estou aguardando.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Primeiramente, porque eu pedi para que ela se sentasse à Mesa e eu gostaria que ela se apresentasse... O senhor aguarda um segundo, por gentileza, pois ela vai só se apresentar. Pode ser?

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Pode, mas é que, normalmente, quando a gente pede, pela ordem, quem está presidindo cede, pela ordem. “Pela ordem” precede a qualquer outra intervenção, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Ok. O senhor quer falar? Então, está com a palavra.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Eu vou, até... Presidente, eu entendo sua situação.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Qual situação seria a minha, Vereador?

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Presidente, V.Exa. me concedeu a palavra. Não foi?

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Sim, mas o senhor se retratou a mim. Eu quero

entender.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Eu entendo a sua situação. Fique tranquila.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Qual é a minha situação?

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – O que eu quero dizer, Presidente, é o seguinte: nós exaustivamente debatemos esse tema. Essa semana, inclusive, eu presido a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social e do SUAS, na cidade e nesta Casa, que conta com vários Vereadores desta Casa. Nós fizemos um debate extenso, Presidente, de mais de três horas, ouvindo a população, ouvindo pessoas representativas de todos os matizes, ouvindo os Vereadores, e a conclusão a que se chegou era de que se deveriam, então, apresentar um substitutivo e ideias para um substitutivo na audiência pública que ocorreria aqui. Havia uma grande expectativa, não apenas com relação a mim, mas acredito que de muita gente que estava na audiência pública. Havia uma expectativa de que nós dialogássemos de maneira franca, tranquila, aberta.

Eu já fui Secretário por duas vezes, no município. Eu nunca saí de uma audiência pública no meio. O Vereador Gilberto Nascimento foi Secretário. Não me lembro de ter saído de audiência pública. A Vereadora Marina Bragante foi Secretária. Não me lembro de ter abandonado audiência pública e, muito menos, de ter blindagem para não falar.

Presidente, em que pese todo o meu respeito pela Sra. Barbara, que vai falar pela Secretaria, eu quero dizer que isso é uma desqualificação dos mandatos e daqueles que se prepararam para esse debate. Não dá para a Secretária vir aqui, chegar atrasada, sair antes e não dar nenhuma satisfação para ninguém, sequer responder às perguntas de um projeto, que, ao mesmo tempo, é simples e de um tema tão sensível na cidade.

Então, em respeito, primeiramente ao meu mandato, aos meus eleitores, e, em segundo lugar, a todos aqueles que participaram de audiência pública e que acompanharam tudo o que feito, toda a discussão, em respeito a toda essa construção, Presidente, eu vou me retirar, porque eu não vejo o menor sentido para uma audiência pública que, na verdade, é uma audiência pública de blindagem e *fake*. Houve tudo aqui, menos...

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 35 DE 46

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – O senhor, por gentileza...

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Eu vou encerrar.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Isso...

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Houve tudo, aqui, menos diálogo, menos debate, menos escuta qualificada. O que houve foi: nós temos uma hora e 36 minutos de audiência pública. Foram feitos, vá, pelo menos, 15 questionamentos. Eu não ouvi a Secretária responder a nenhum, em uma fala de menos de dez minutos. Ela se levantou e foi embora.

Então, em respeito a tudo isso e, não me submetendo a esse tipo de desqualificação, eu deixo esta audiência pública, na qual eu não vejo legitimidade, Sra. Presidente, em que pese o meu respeito por V.Exa. pelo seu mandato e pela sua postura.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Eu gostaria de falar. Antes de o senhor sair dessa cadeira, desta Mesa, eu gostaria que o senhor se retratasse, porque ninguém blindou a Secretária nesta Comissão, nessa ação. Gostaria que o senhor esclarecesse isso, porque fica de uma forma como se a Presidente estivesse blindando esta audiência pública e, inclusive, o senhor citou que é uma audiência *fake*. Então, eu gostaria que o senhor se retratasse, porque, aqui, Sr. Vereador, jamais eu estaria presidindo, como tenho todo o respeito de presidir a Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher, como Presidente, o ano inteiro, com respeito aos Vereadores. Não é, Vereadora? Então, eu gostaria que o senhor se retratasse. Se o senhor estiver falando que esta Comissão, que esta audiência pública é *fake*, eu gostaria que o senhor se retratasse, porque aqui não há nada de *fake*, e muito menos uma blindagem à Secretária.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – V.Exa. gostaria que eu me manifestasse? É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – É claro.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Eu não tenho nenhuma retificação a fazer. Eu reafirmo: é uma audiência pública *fake*, em que houve uma clara blindagem e não houve manifestação de esclarecimento das dúvidas, não apenas dos Vereadores, como da população.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – E essa clara blindagem, o senhor se coloca a quem, por exemplo?

O SR. CARLOS BEZERRA JR. – Com a liberdade democrática que tenho, eu reafirmo o que foi dito. É isso, Sra. Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Ok, muito obrigada.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada e eu agradeço a presença dos Vereadores. Inclusive, nós temos apenas 20 minutos para falar. Pois não, Vereadora.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Só queria deixar claro aqui, que eu discordo também dessa blindagem.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Uma falta de respeito do Vereador, mas a gente vai tomar...

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Até porque a Sra. Bárbara se encontra aqui para responder todos os questionamentos que talvez não tenham sido esclarecidos pela Secretária. E se a gente não tivesse tanta interferência nessa audiência, mais pessoas poderiam ter falado e mais pessoas poderiam ter sido ouvidas.

Inclusive, ontem, quem solicitou... a Marina, não é da Base, a Marina estava na nossa reunião. A reunião foi aberta para todos que solicitaram essa reunião com a Secretária, para que a gente pudesse esclarecer as nossas dúvidas. Havia muitos Vereadores. Eu acabei não estando presente, estive lá, porque eu estava resolvendo a situação da Sra. Gisele com todas as pessoas que estavam lá. Então, se a gente tivesse mais ação e menos reação, talvez a gente pudesse ter tido melhores resultados aqui.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Principalmente, até porque, para mim, como Presidente, eu entendo que a audiência pública, obviamente, é para a gente ouvir o povo. Agora, se o Vereador tem dificuldade de entender um projeto e dificuldade de um relacionamento entre ele, o mandato e o Executivo, para tirar todas as dúvidas em relação ao projeto, aí, realmente, ele não pode vir aqui e falar que essa audiência pública está sendo *fake*.

Isso é um desrespeito a esta comissão e a todos.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Ele tem dificuldade de falar, ele tem dificuldade de comunicação e, quando não está de acordo com o que ele quer, ele sempre causa isso e não é aqui. E eu, enquanto Vereadora, quero pedir desculpas à população que veio aqui, à Secretaria que está aqui, se prontificando, porque eu sinto vergonha de ter uma ação de um Colega aqui da sala, que as pessoas precisam presenciar uma discussão e não uma ação, que é o que eles estão esperando da gente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – O nosso maior motivo é falar do tema, o acolhimento às nossas crianças. Infelizmente, se o Vereador não está satisfeito, espero que ele tenha um relacionamento melhor, não só com a assessoria, mas com o Executivo, para que tire, realmente, todas as dúvidas e dificuldades. E, principalmente, porque ele já passou pela pasta. Então, realmente, eu acho que ele sabe todos os problemas, eventualmente, que têm acontecido e as benfeitorias que ele deixou, inclusive, e que não deixou para a pasta. Muito obrigada.

Gostaria de passar a palavra à Sra. Bárbara, que, gentilmente, está aqui para tirar as dúvidas da população.

A SRA. BÁRBARA – Boa tarde. Meu nome é Bárbara, represento a Secretaria, atualmente na Assessoria Técnica de Gabinete. Bom, eu fiz um compilado das perguntas. Como são bastante perguntas, inicialmente, óbvio que a Secretaria entende que apenas o valor do auxílio pecuniário não é o suficiente para dar conta do acolhimento familiar, para dar conta de que esse serviço funcione, de fato.

No PDM atual, que é 25-28, que é o Programa de Metas do Município, temos a meta do Família Acolhedora. Nessa meta do Família Acolhedora, a meta 87, há previsão para esse ano de 2025 a publicação do Plano de Comunicação do Família Acolhedora. O Plano de Comunicação é a campanha municipal massiva do Programa Família Acolhedora, do Serviço Família Acolhedora. O Plano de Comunicação foi finalizado, em articulação de Smads com o Secom, nós finalizamos a proposta, há a previsão dele ser publicado ainda nessa semana.

Nós fizemos toda a campanha nessa articulação com a Secom, para que, de fato,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 38 DE 46

fls 77

para o ano de 2026, nós fazemos essa campanha massiva. É uma solicitação dos serviços, é uma solicitação de toda a Secretaria, é uma solicitação do Ministério Público, do Tribunal de Justiça. Foi entendido que, de fato, sem essa campanha massiva sobre o que é o Família Acolhedora, nós não conseguiríamos atingir os nossos objetivos. Isso está previsto para os próximos anos, assim como a ampliação dos serviços, que é para que nós tenhamos serviços Família Acolhedora, e pelo menos um serviço de Família Acolhedora em cada vara do município.

Atualmente, nós temos cinco serviços de Família Acolhedora. Em algum momento, tivemos seis. Hoje, nós temos cinco serviços. E o Programa de Metas vem nessa perspectiva de que a gente tem a ampliação da rede de atendimento do Família Acolhedora.

Não há a menor possibilidade de não ter mais o serviço SAICA. A gente teve diversas manifestações com preocupação de que esse serviço feche. Não há a menor possibilidade de que a gente não tenha mais SAICA no município. Isso não aconteceu em nenhum dos outros municípios em que o Família Acolhedora existe.

O que existe é, a partir do momento que você tem um acolhimento familiar, e que a primazia desse acolhimento no ECA é do acolhimento familiar, você pode ter, sim, uma diminuição. Uma diminuição, uma redução de SAICA não é fechamento de uma rede inteira. É uma redução de serviços, quando houver a necessidade de fazer essa redução de serviços. A partir do momento que você tem. Hoje, nós temos uma quantidade de crianças, principalmente bebês e crianças na faixa etária de primeira infância, muito grande na nossa rede, que poderiam estar sendo acolhidas no Família Acolhedora e que hoje não estão, porque nós não temos o suficiente atualmente.

A proposta, de fato, não é de que você tenha o encerramento da rede de serviço de acolhimento institucional. O SAICA vai continuar existindo, a Casa Lar vai continuar existindo, República Jovem, ainda que não seja um acolhimento de crianças e adolescentes, é para jovens que saíram do acolhimento. Então, vai ter esse serviço, vai continuar existindo. Não há a menor possibilidade de você não ter mais esses serviços.

A proposta de Smads é justamente que você tenha essa qualificação por meio do

Família Acolhedora, considerando que o Família Acolhedora tem, de fato, essa primazia e essa qualidade de atendimento de crianças e adolescentes. É o atendimento dentro de uma família, não é um atendimento institucional. Acho que qualquer pessoa que trabalha em Smads já trabalhou, ou tenha acesso a um serviço de acolhimento entende, em absoluto, que o acolhimento institucional não é o ponto final de onde gostaríamos de estar, onde gostaríamos de chegar.

O acolhimento institucional é extremamente danoso, complicado, e, quando falamos de crianças e adolescentes, isso se torna muito mais intenso e muito mais gravoso. O quanto nós temos hoje na nossa rede um ciclo dessas crianças não saindo, de fato, ou se mantendo, de fato, nos acolhimentos pela falta de atendimento geral, pensando na perspectiva de acolhimento de crianças e adolescentes.

Então, não há possibilidade de fechamento de toda a rede. O que nós temos é, de fato, a possibilidade de uma redução a partir do momento que você coloca essas crianças em família acolhedora, é possível que você tenha uma redução de SAICAS, como já houve, ou já houve redução em diversos momentos na nossa rede. Isso é muito da demanda do ano, a demanda que você tem constituída.

Quando falamos de prevenção de crianças e adolescentes, eu acho que a Prefeitura tem, há alguns anos, investido bastante na rede de atendimento de crianças e adolescentes, principalmente considerando os protocolos. Hoje, já faz algum tempo, nós temos o Plano Municipal de Primeira Infância. O Plano Municipal de Primeira Infância ensejou, de fato, que você tenha um núcleo de atendimento de primeira infância, um núcleo para pensar políticas públicas de primeira infância. Esse núcleo fica na Secretaria de Projetos Estratégicos, e ele tem algumas publicações, e algumas, que eu digo, são bastante publicações, pensando em organizar a rede de atendimento de crianças e adolescentes.

Temos a proposta publicada, *Jornada de Ofertas Básicas para a Primeira Infância*. Essa jornada de ofertas básicas vai dizer quais são os serviços que tanto saúde, quanto assistência, quanto educação dispõem para crianças e adolescentes. Vamos ter o protocolo de

primeira infância, vamos ter, dentro desses protocolos todos publicados, o protocolo de atendimento a mães com crianças com deficiência. Temos o protocolo de violência atualmente, o protocolo municipal para atendimento à violência de crianças e adolescentes.

Você tem ali diversos comitês que acontecem nos territórios com saúde, educação e assistência envolvidos para atender essas crianças e adolescentes. Há ali um movimento da Prefeitura para que, de fato, organize a rede de atendimento de crianças e adolescentes. Falar sobre crianças e adolescentes nunca é fácil, não é simples, de fato, demanda um tempo bastante estendido para que consigamos entender quais são essas ofertas que a Prefeitura tem e, de fato, o quanto elas estão atingindo crianças e adolescentes.

Mas, tudo isso para dizer que - de fato - a Prefeitura tem investido e você tem hoje, atualmente, ali, uma gama de ofertas para crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Nós estamos a 10 minutos para finalizar. A Senhora tem muito ainda para concluir as perguntas, porque eu gostaria de passar, também... Depois a Senhora pode concluir, acredito que a nobre Vereadora Luana Alves, que faz parte desta Comissão, também gostaria de fazer uma pergunta. Por favor, Luana.

A SRA. LUANA ALVES - Boa tarde a todas as pessoas presentes, meus Colegas da Comissão, quem não é da Comissão que veio, enfim, a representante da Sra. Secretária.

Muito rapidamente...

O nobre Vereador Hélio já falou algumas coisas importantes. Eu queria reforçar que a abstenção que a Bancada do Psol deu na primeira votação foi um voto de confiança, uma postura com a esperança, com a expectativa que pudéssemos fazer parte da construção desse projeto, que conseguíssemos mudar alguns aspectos dele. Aparentemente não é o que está acontecendo. Lamentável, pois poderia ser um projeto excelente para a cidade. Não é o que está se concretizando.

Eu vou ler um pedaço que acho importante para relembrarmos, porque está sendo muita coisa dita aqui. Mas, temos que olhar o que está na proposta, o que está escrito no PL, tanto nos artigos, quanto na justificativa. Vou ler uma parte: “Conclusão do estudo de impacto

financeiro. O presente estudo de impacto financeiro demonstra que a desinstitucionalização completa dos 2.315 acolhidos para o serviço Família Acolhedora sobre os novos valores de auxílio propostos pelo projeto de lei tem o potencial de gerar uma economia anual de mais de 112 milhões de reais para o erário municipal.

Esta economia de 46,38% no custo total, no custo anual do acolhimento reforça que o investimento no aumento do auxílio pecuniário...”. E aí fala... gente, assim, é o que está escrito. Está escrito na justificativa que querem desinstitucionalizar dos mais de dois mil para trocar pelo Família Acolhedora. Sabe que isso não tem nenhum sentido assim, com todo o respeito. Assim, eu estou falando com técnicos, pessoas que estão na assistência. Eu sou Vereadora, estou Vereadora, mas sou psicóloga de UBS, já atendi criança de SAICA, que eu já fui em SAICA, enfim, convivi bem de perto.

Sabemos perfeitamente que, primeiro, não é toda criança que tem perfil de Família Acolhedora; Segundo, não tem condição de conseguirmos construir, focar só na questão da pecúnia, do valor para a família, sem conseguirmos ter uma estrutura de monitoramento.

Apresentamos algumas emendas que colocam, por exemplo, uma estrutura de profissionais técnicos, da própria Smads, é importante que seja da Smads, não só da parceira, para que consiga acompanhar essas famílias, inclusive no número mais enxuto, e que esses técnicos - inclusive - tenham um salário que não seja menor do que o valor para as famílias, porque se não, não faz nenhum sentido, vai um nível de distorção muito forte.

Então, concluindo já, Ely, eu queria saber se tem possibilidade de isso ser colocado no projeto ou não. É muito simples, vocês têm disposição para mudar o projeto? Se não tiver, muito simples, o pessoal vai votar contra, mas não só vai votar contra, já deixamos muito bem avisado, não sei se a Sra. Secretária está ouvindo, vai ouvir depois, nós vamos acompanhar na lupa o que vocês vão fazer, e se tiver qualquer tipo de problema, e - infelizmente - nesse formato, a chance que dê problema é alta, vocês vão ser responsabilizados judicialmente, não apenas como Poder Executivo, mas como CPF de cada um que está fazendo parte disso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, nobre Vereadora Luana Alves. Vou passar a palavra à nobre Vereadora Marina e, em seguida, à Ana Carolina e ao Gilberto Nascimento.

Temos apenas minutinhos. Eu gostaria de dividir esse tempo em vocês. Pode ser, gente? Desculpem, mas infelizmente o nosso tempo está bem curtinho.

A SRA. MARINA BRAGANTE - Obrigada, Sra. Presidente Ely e aos Colegas que estão aqui. Obrigada a vocês que estão aqui discutindo esse projeto pela segunda vez.

Estou realmente muito dedicado a ele entendo que temos a disputa pela justificativa da história do Família Acolhedora, do SAICA, mas, para mim, o projeto não está bom. Não é só isso, é também o projeto. Fomos lá ontem fazer a reunião. Eu queria escutar o porquê que ele foi pensado assim? O que é que tinha? Saí de lá, nem sei falar, mas o que eu achei é que tinha pouca consistência da perspectiva da construção de política pública, do porquê que estamos propondo três salários mínimos para as crianças até os seis? Por que estamos tentando mudar esse projeto que está indo bem? A sensação é que estamos cobrindo uma falta com uma resposta que não cabe. Sabe criança, uma estrela, uma bola que você fica tentando pôr a estrela na bola? A gente está pondo a estrela na bola e não vai dar certo. A minha sensação é que escutando quem está na ponta, o que estamos propondo vai piorar o que está indo bem, inclusive na relação das crianças com a família de origem.

Então eu tinha algumas perguntas para ponderarmos aqui, porque eu acho que não é para Bárbara que elas deveriam ser feitas. A primeira é: Quanto custa uma criança na proteção social básica? Porque se estamos achando que as crianças estão custando muito no SAICA, e porque elas não deveriam estar lá. O que deveríamos estar fazendo é garantindo uma proteção social básica que de fato atue da forma com o que tem que acontecer.

Eu não tenho esse valor aqui e queria escutar, porque para mim ele está dizendo o que para nós é prioridade; é priorizarmos o Família Acolhedora que atende, sei lá, tem uma meta de 150 a 130 crianças na cidade, ou garantirmos que as crianças nem precisem chegar ao SAICA, não precisem chegar ao Família Acolhedora, porque é aqui que mora a efetiva preocupação com as crianças.

A outra é quanto que a SMADS mandou no orçamento para qualificar a rede, porque a Sra. Secretária fala da preocupação dela, de termos uma rede muito qualificada, mas o valor encaminhado foi menor do que está. Então não podemos falar que queremos qualificar e não temos recurso, porque sem recurso não há política pública, sem recurso não há melhoria e qualificação.

Só mais uma, rapidinho, que é: se nós... como é que garantimos que essa família que vai ganhar mais ou menos 4.500 reais por criança, por mês, vai conseguir, efetivamente, continuar se implicando no retorno dessa criança para a família de origem, na construção, porque esse dinheiro importa numa cidade tão desigual e como a criança vai voltar para a família dela, porque ela vai voltar para uma família que não vai ter dinheiro, pois a Sra. Secretária, ontem, mesmo, disse que era esse dinheiro para pagar fono, psicopedagogo, psicólogo dessa criança.

Estamos invertendo a lógica absoluta, porque em vez de darmos o recurso para a família de origem, se achamos que é efetivamente o recurso que vai fazer a diferença, tenho minhas dúvidas, estamos pagando para uma família ficar 6 meses com ela.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada.

Com a palavra, Bárbara, por favor, pode responder.

Três minutinhos, dois minutinhos e meio, por favor, para que demos a possibilidade do nobre Vereador Gilberto Nascimento também falar, eu acho que é importante.

Obrigada.

A SRA. BÁRBARA - De fato, durante aí..., não é de hoje que há um desinvestimento, um investimento pouco em proteção básica. De fato, faz sentido investirmos na proteção básica, mas também faz sentido investirmos na produção especial, afinal temos - atualmente - uma quantidade muito grande de crianças e adolescentes nos nossos serviços de acolhimento familiar.

Hoje, trouxe a mesma apresentação que fizemos ontem. Hoje, temos uma quantidade de crianças e adolescentes, duas mil e poucas crianças, adolescentes na nossa rede e 600 e poucas são de 0 a 6 anos. São crianças, adolescentes que estão lá nos nossos serviços, nos nossos SAICAs com esse atendimento institucional.

Hoje, temos 130 vagas nos nossos serviços, contabilizando todos os serviços de Família Acolhedora. São cinco serviços de Família Acolhedora e temos 149 serviços de acolhimento institucional

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 44 DE 46

para, de fato, invertermos a necessidade de investimento no Projeto, como um todo, pois, como eu disse, não é só o valor da pecúnia que há necessidade de ter, Família acolhera precisa de um plano completo para que tenhamos de fato esse investimento e que o serviço tenha qualidade, e esse plano completo vem nessa perspectiva, tanto do projeto de lei, quanto do que foi pensado no programa de metas da Prefeitura, que é a tanto a comunicação massiva, quanto à publicização em termos de campanha, mesmo, da Prefeitura para o Família Acolhedora e a sensibilização, tanto da sociedade civil quanto, principalmente, do Poder Judiciário.

Ela também tem a proposta de abertura de novos serviços. Então tudo isso para dizer que faz sentido você também ter o investimento nesses serviços de acolhimento familiar, de acolhimento institucional, porque hoje a nossa realidade é que temos uma quantidade muito grande de crianças e de adolescentes sendo acolhidas no município de São Paulo, que é um dos municípios que mais acolhe criança e adolescente, mas - a meu ver – há a necessidade de fazer investimento na proteção básica. Acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, Bárbara.

Nobre Vereador, um minutinho por gentileza.

Só queria agradecer a sua presença aqui também. Sei que o Senhor tem um trabalho maravilhoso.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Obrigado pela condução, é um tema, obviamente, para mim, extremamente importante que sou Família Acolhedora, os Vereadoras e o pessoal de Secretaria sabe.

Entendo que ainda há muito que se trabalhar nesse texto, acho que é possível, sim, fazermos uma construção ainda nas próximas horas, ouvir os Vereadores, aqueles que estão satisfeitos, outros que não estão.

Gostaríamos, sim, de resolver todos os problemas num pedaço de papel, aprovando um projeto. Hoje não é o que vemos todos os dias na Câmara Municipal, mas como Vice-líder do Governo, acho que seria muito importante, nos próximos momentos, vermos o texto melhorar cada vez mais. As dúvidas, acho que na sua grande maioria, a gente conseguiu tirar, mas, repito, não vai ser em um papel que a gente vai resolver todos os problemas. Mas a gente está disposto, sim, a construir isso com emendas

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 45 DE 46

do PSOL ou, se precisar, um substitutivo também, não tem problema, do próprio Carlos Bezerra, da Vereadora Marina, também muito atuante nessa área. Então só queria passar isso para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Muito obrigada.

Vereadora Ana Carolina, um minutinho.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Queria agradecer também a presença, fazer parte. Sabe quanto esse tema é importante para mim, então, a partir do momento que eu recebi, isso era importante em termos de o programa não virar um assistencialismo, em termos de realmente qual que é a proteção dada a essa criança. Sabe o que eu falo muito sobre o tema da violência, o quanto as famílias vão entrar nesse debate para poder receber.

Mas eu acho que grande parte disso foi esclarecido. Eu estava falando com a Bárbara, falei com a Secretária, falei com o Gilberto. O texto talvez tenha sido mal redigido e mal interpretado em alguns momentos, e é isso que a gente precisa corrigir para que a gente vá para essa votação. Entendo que eu falei isso, deixo muito claro, apesar de ser Base do Governo, esse tema para mim, outros temas também, mas esse tema para mim é uma prioridade e eu só encaro se ele realmente estiver redigido de uma forma clara, em que as crianças e as famílias tenham amparo; que isso seja muito bem feito e muito bem estudado, porque, como eu disse, apesar de ser Base, não é qualquer coisa que a gente vai aceitar, porque a proteção da criança e garantir esses direitos estando aqui, para mim é uma prioridade.

Obrigada, Presidente, e parabéns pela condução dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Olha, eu tenho muito a agradecer a contribuição de cada um, principalmente do público que esteve presente aqui, mas pedir desculpas pela grosseria do Vereador Bezerra de faltar com respeito a esta audiência. A gente está aqui não é para falar simplesmente de um tema ou de um confronto pessoal, mas a gente vem aqui independentemente da ideologia da pessoa. Nós vamos tratar de um ponto muito específico, que é vida de crianças, vidas que precisam ser consertadas ou até mesmo dar um conforto mais especial.

Quero agradecer muito a todos da nossa comissão, agradecer ao pessoal de Libras,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21609 DATA: 16/12/2025 FL: 46 DE 46

Laís Batista e Thiago da Silva, que estão *on-line* representando as pessoas que precisam dessa função. Também, como Presidente desta audiência e desta comissão, reafirmo que todas as manifestações serão com certeza ouvidas de uma forma especial. E eu tenho certeza de que o Executivo também estará trazendo um substitutivo junto com o texto, como a Vereadora Ana Carolina, que tem a causa e que sabe realmente transbordar não só sentimento, mas também profissionalismo sobre o tema, e debruçando-se sobre isso.

E quero também parabenizar, independentemente de a Vereadora ser Oposição, o respeito com que ela tratou esta comissão, fazendo o seu diálogo com a Secretaria, com os demais participantes e também com os vereadores. Marina também, estávamos juntos ontem, discutindo, tirando todas as nossas dúvidas, eu agradeço muito. Você sempre muito educada e realmente a gente preza por isso, por um trabalho, porque a gente não quer clique em internet, a gente não quer cortes.

Vocês podem observar na minha rede social que não vai ter um corte, então jamais esta audiência pública vai ser *fake* e jamais, vereadores, a gente pode deixar isso acontecer aqui dentro, porque é um desrespeito com esta comissão, com todos os vereadores, com a Secretaria, enfim, com o público que está presente. Então meu repúdio ao Vereador Bezerra, que não teve sensibilidade em nenhum momento, até porque foi Secretário. É assim que ele tratava, com essa sensibilidade toda? Desculpe, desculpe. Então a sensibilidade que hoje ele teve nesta audiência não me comove, porque eu sei, sim, que ali não é só sensibilidade.

Bom, eu gostaria mais uma vez de agradecer à equipe da Comissão que está sempre presente, trabalhando muito. E declaro realizada mais uma audiência pública do PL 1461/2025. Nada mais havendo a se tratar, estão encerrados os nossos trabalhos. Que Deus abençoe todos e muito obrigada.